

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL/UFRGS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/FACED
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS/DEE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PPGE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO DE
PRIVADOS DE LIBERDADE**

**(IM)PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
TRABALHADORES: UM ESTUDO DE CASO NUMA
ESCOLA DO VALE DO SINOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

por
MARIA CLAUDETE ARNOLD

Porto Alegre, RS, Brasil
2012

**(IM)PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
TRABALHADORES: UM ESTUDO DE CASO NUMA
ESCOLA DO VALE DO SINOS**

MARIA CLAUDETE ARNOLD

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação de Jovens e Adultos e Privados de Liberdade**, da **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

Orientadora: Prof^a. Dra. Laura Fonseca

Porto Alegre, RS, Brasil
2012

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS
Faculdade de Educação/FACED
Departamento de Estudos Especializados/DEE
Programa de Pós-graduação em Educação
PPGE
Curso de Especialização em
Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de
Liberdade**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**(IM)PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES: UM
ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DO VALE DO SINOS**

**Elaborada por
Maria Claudete Arnold**

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Educação de Jovens e Adultos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Laura Fonseca, Dra.
(Presidente/Orientador)

Prof^a.Aline Lemos da Cunha,Dr. (UFRGS)

Prof^a. Darli Collares, Dr. (UFRGS)

Porto Alegre, 26 de novembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu companheiro Leandro, que servia de motorista, aos sábados, às cinco da manhã, para que eu chegasse a tempo para as aulas. Agradeço às filhas pelo apoio, especialmente à Carin, pelas dicas para digitação. Agradeço à professora Laura, minha orientadora, pelo carinho, paciência, além de exemplo de dedicação ao estudo. Agradeço à colega Nelda, aos alunos e colegas, de um modo geral, pela contribuição no enriquecimento deste TCC, no momento de participação e ao responderem à questão proposta. À equipe diretiva, por oportunizar acesso a informações com relação à realidade do contexto escolar, fornecidas especialmente pela professora Karen. Além de sempre se colocar à disposição para o que fosse necessário e, principalmente, por entender minhas ausências aos sábados.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso a todos os meus familiares, colegas, professores, alunos, com quem partilhei este momento de formação, pois tenho certeza de que foram muito importantes para que eu superasse mais este desafio.

“Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. (Santos, 1996, p.3).

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação
Especialização Lato-Sensu em Especialização em Educação de Jovens e Adultos e
Privados de Liberdade
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

IM)PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DO VALE DO SINOS

AUTOR: MARIA CLAUDETE ARNOLD

ORIENTADORA: Prof^a. Dra. LAURA FONSECA

Data e Local da Defesa: Porto Alegre, 26 de novembro de 2011.

Através deste trabalho de conclusão de curso, procurei entender as causas da exclusão da escola, em um município do Vale dos Sinos. A exclusão da escola me incomoda por saber que, ao serem privados do acesso a uma formação de qualidade, o educando reduz suas possibilidades de crescimento pessoal e profissional. Rummert (Rummert. 2005 p.118a) escreve sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos, enquanto geradora de sonhos, esperanças de “alcançar um nível melhor perante a sociedade”, de tornar-se um “exemplo da família”. Com a exclusão da escola, esses sonhos são interrompidos e algumas vezes nunca mais retomados. A opção pela pesquisa qualitativa, feita com o método de estudo de caso, com técnica de entrevista semiestruturada, junto a professores e alunos, foi a maneira encontrada para tentar compreender esse tema complexo que permite várias hipóteses para uma mesma situação-problema. Com a retrospectiva da educação de jovens e adultos no Brasil, contextualizo o trabalho de pesquisa e pretendo mostrar os desencontros no que se refere à educação brasileira que, segundo minhas observações, ainda não tem uma identidade própria; pelo contrário, varia de acordo com os interesses de quem detém o poder político em determinado momento. Após a coleta dos dados, confirmou-se a hipótese de que não há uma única causa para a exclusão; ela começa como exclusão na escola, quando não se percebem as dificuldades de aprendizagem, as quais podem ter diferentes causas e precisam ser identificadas isoladamente. O aluno que já possui uma defasagem de ensino/aprendizagem pode optar pela Educação de Jovens e Adultos; porém, como dificilmente os problemas de aprendizagem se resolvem sozinhos, a partir do momento em que esses alunos somam, a esse problema inicial, oito horas de trabalho, algum envolvimento com jogos ou drogas, atenção à casa e à família, a cultura de não valorização da escola, a tendência à exclusão da escola aumentam muito.

Palavras-chaves: exclusão, resgate, qualidade, educação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação
Especialização Lato-Sensu em Especialização em Educação de Jovens e Adultos e
Privados de Liberdade
Universidade Federal do Rio grande do Sul

(IM) STUDENT WORKERS STAY A CASE STUDY IN A VALLEY SCHOOL BELLS

AUTHOR: MARIA CLAUDETE ARNOLD

ADVISOR: LAURA FONSECA

Date and place of Defense: Porto Alegre, 26 november 2011.

Through this work of completion, I tried to understand the causes of exclusion from school, a municipality in the Valley of the Bells. The exclusion from school bothers me to know that when they are deprived of access to quality education, the student reduces their chances of personal and professional growth. Rummert (Rummert. p.118a 2005) writes about the importance of Youth and Adults, as a generator of dreams, hopes "to achieve a better level in society," to become an "example of the family." With the exclusion from school, those dreams are interrupted and sometimes never resumed. The choice of qualitative research, done with the method of case study, with semi-structured interview technique, with teachers and students, was found the way to try to understand this complex subject that allows multiple hypotheses for a given problem situation. With the hindsight of youth and adults in Brazil, I contextualize the research and want to show the inconsistencies with regard to Brazilian education which, according to my observations, does not have its own identity, but rather varies with the interests of those who hold political power at any given time. After collecting the data, confirmed the hypothesis that there is no single cause for exclusion, it begins as exclusion from school, when you do not realize the difficulties of learning, which may have different causes and need to be identified separately. The student who already has a lag of teaching / learning can opt for Youth and Adults, however, as difficult learning problems are solved alone, from the time these students add to this initial problem, eight hours work, games or any involvement with drugs, attention to home and family, the culture of not valuing school and school exclusion tendency to increase much.

Keywords: exclusion, rescue, quality, education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 QUAL A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR A EXCLUSÃO DA EJA	14
2 MEUS OBJETIVOS AO PESQUISAR A EXCLUSÃO DA EJA	16
3. MAPEAMENTO DA REALIDADE VIVIDA	17
3.1 Conhecendo a escola	17
3.1.1 Aspectos físicos da escola e as paisagens que a cercam	18
3. 2 O que diz o regimento da escola sobre a educação de jovens e adultos	19
4 METODOLOGIAS E TÉCNICAS UTILIZADAS PARA ELUCIDAR A SITUAÇÃO-PROBLEMA	20
5 CONHECENDO UM POUCO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	23
6 DADOS NUMÉRICOS PARA ANÁLISE	27
6.1 Dados da pesquisa obtidos através de entrevistas	29
6.1.1 Análise das entrevistas	29
CONSIDERAÇÕES, COMPREENSÕES E APRENDIZADOS	36
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

Evasão da/na escola, exclusão ou expulsão é uma questão que me leva a pensar e fazer recortes no tema para entender o que determina uma pessoa deixar de vir à escola, após tomar a decisão de voltar a estudar. Segundo Ferraro (1996), o termo mais apropriado seria exclusão na/da escola. A exclusão na escola ocorre quando um aluno apresenta dois ou mais anos de defasagem nos estudos. Por outro lado, exclusão da escola quando o aluno deixa de frequentá-la. O que pensam os alunos e professores sobre esta questão? Que realidade é essa tão difícil de mudar? Se por um lado há incentivos para que os alunos trabalhadores frequentem a escola, como o desejo de ascensão profissional e um abono em dinheiro para os alunos trabalhadores frequentes, há também a pressão por horas extras e banco de horas. Ribeiro (1996) diz que exclusão é um tema muito amplo e pode ser usado para atender diferentes discursos dentro das práticas capitalistas. Que interesses são estes que mexem com a vida dos indivíduos sem que eles se dêem conta do que está acontecendo? Para elucidar minhas ideias num tema tão provocador, usei o método estudo de caso, com a técnica de entrevista semiestruturada junto a professores e alguns alunos. Conto também com minhas observações, após vários anos de prática, por fazerem parte dessa realidade de ensino e aprendizagem.

O diferencial do trabalho é exatamente essa vivência: dezoito anos de trabalho nas indústrias calçadistas da região, com formação em escolas de Educação de Jovens e Adultos (estudei o ensino fundamental e o médio na EJA) e vários anos de experiência na área como professora. Fatos que tornam esse trabalho único, pois resulta da vivência, da prática e do estudo de teorias, buscando ideias para minimizar um problema social que aflige a muitos professores, pais, alunos e pessoas, realmente preocupados com a qualidade de vida das classes trabalhadoras.

Iniciei minha jornada na área de educação sem nenhuma formação específica, através de um contrato temporário na Rede Estadual de Ensino, incentivada por uma amiga. Na época, cursava Administração de Empresas na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara (FACCAT). Curso iniciado quando trabalhava na produção de calçados, área em que atuei por aproximadamente dezoito anos, em diferentes empresas do Vale do Rio dos Sinos e

Paranhana 1. Atuando nessa área, sentia-me a extensão de uma máquina. Fato que me frustrava muito, principalmente nos últimos anos, quando tinha vontade de chorar cada vez que ia para o trabalho. Para tanto, cito Engels: “O trabalho nas máquinas consiste, principalmente, tanto na fiação como na tecelagem, em reparar os fios que se partem, pois a máquina faz o resto” (ENGELS, 1985). Minha mente se ressentia, pois já não era o bastante somente sobreviver trabalhando numa fábrica de calçados, sem expectativa de crescer e poder ocupar a mente, poder interagir com outras pessoas. Precisava mudar para dar sentido à vida.

A oportunidade de transformar minha vida surgiu com um curso supletivo oferecido pela empresa onde trabalhava. Por vários anos tentei voltar a estudar, porém trabalhando numa fábrica de calçados, com duas filhas para cuidar e todos os afazeres, era muito difícil. Culturalmente, as mulheres assumem a criação dos filhos e os afazeres domésticos, gerando a sobrecarga de trabalhos que, praticamente, inviabiliza o estudo em uma escola com frequência de, no mínimo, 75% ao ano, em oitocentas horas letivas.

Dentro dessa empresa calçadista, localizada no Vale dos Sinos¹, trabalhava e, no final do turno de trabalho, ia direto para a sala de aula. Estudava com vontade, como todos meus colegas; não ocorriam conversas paralelas, éramos adultos tentando recuperar o tempo perdido. Com bons professores, uma carga horária reduzida, fazia duas séries num ano e, em dois anos, concluí o ensino fundamental e o médio. Quando jovem, já havia concluído boa parte das disciplinas, mas como havia reprovado em matemática e estava sem estudar há quase dez anos, optei por repetir as disciplinas de língua portuguesa e matemática. Naquela época, eu não sabia, mas estava sendo beneficiada, assim como meus colegas de empresa e escola, pelo art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, o qual

¹ Região do Vale dos Sinos, O CONSINOS consiste de uma área de 1.398,5 km². Segundo dados de 2003, da FEE (Fundação de Economia e Estatística do RS), a população total era de 1.257.713 habitantes, a densidade demográfica era de 899,4 hab./km², a taxa de urbanização era de 98,0, a taxa de analfabetismo em 2000 era de 4,80 % e a expectativa de vida ao nascer em 2000 era de 71,76 anos. Os municípios que formam o CONSINOS são os seguintes: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. O **Vale do Paranhana** é uma micro-região do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. O Vale do Paranhana é uma micro-região, localizada no Vale dos Sinos. É formado pelas cidades próximas ao Rio Paranhana, afluente do Rio dos Sinos, que abrange áreas dos municípios gaúchos de Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas. Há forte predominância em todo o Vale da etnia de origem alemã, decorrente do fluxo migratório acontecido na primeira metade do século XIX. Especialmente na segunda metade do século XX, em face do desenvolvimento da indústria calçadista no Vale e da crise por que passou a agricultura gaúcha, houve forte migração interna em direção à região, proveniente dos municípios agrícolas gaúchos, do oeste de Santa Catarina e do Paraná. (SPRICIGO; FILIPPI, S/P.).

estabelecia que, ao longo dos dez anos seguintes à promulgação da Carta Magna, todo o esforço do país seria no sentido de eliminar o analfabetismo. A Lei incluía todas as empresas e órgãos públicos com mais de cem analfabetos a criar o Programa Empresarial de Educação (Rummert, 2005b). Quando passei no vestibular, alguns amigos ficaram ouvindo o rádio à noite, e às cinco da manhã, quando fui trabalhar, parabenizaram-me. Parecia não ser real toda aquela alegria.

Lecionar foi mais um grande desafio. Tinha um emprego seguro, numa grande empresa. Como deixar um porto seguro e me lançar num mar desconhecido? Meu salário era pequeno, mas garantido. Comecei trabalhando quinze horas na escola e mais o turno integral na fábrica. Depois de um ano atuando como professora, optei por trocar de curso, primeiro para Ciências Sociais na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e, quando surgiu o Projeto Brasil 500 anos, na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), com horários e preços diferenciados, mudei para licenciatura em História, que concluí em 2002. O que mais me cativou na Educação foi o contato humano, a solidariedade de colegas que encontrei ao longo de minha jornada e, principalmente, esta oportunidade de participar da transformação na vida de muitas pessoas. Eu me sentia necessária nesse processo.

Frigotto (Frigotto, 2006 p. 21) afirma que "o trabalho não se refere apenas à remuneração de uma tarefa, mas emerge como um direito." A ele, liga-se uma profissão e o direito à qualificação. Ao longo da vida profissional, fiz muito menos cursos ou seminários do que gostaria, em parte por falta de recursos, sempre tão escassos; fazia os que eram gratuitos, não exigiam grandes gastos e aconteciam fora do horário de trabalho. Buscava conhecimentos em livros e muito aprendi na prática, errando e acertando, sempre tentando usar o bom senso, trocando ideias com as colegas, direção e coordenação. Sei que quando se quer aprender sempre se encontra um meio, mas seria melhor se nós, professores, fôssemos melhores remunerados e tivéssemos mais incentivos para qualificação continuada que, por enquanto, está mais no papel do que na prática.

O primeiro contato com a Educação de Jovens e Adultos foi em 2002, quando trabalhei com EJA de ensino médio e fundamental no Serviço Social da Indústria (SESI), de Parobé. No ano de 2003, já estava formada em História e atuava somente na minha área. Conheci pessoas muito especiais, gostei da vontade de aprender de muitos alunos, conversava com eles sobre seus problemas, tirava

dúvidas sobre assuntos que não estavam nos planos de estudos da disciplina, mas que eram relevantes para o grupo.

Descobri que o conhecimento pode ser passado de diversas maneiras, cabendo ao professor escolher a forma que melhor se ajusta ao seu público-alvo. No estudo de história têm-se diversas teorias, como a positivista, a marxista, entre outras, que norteiam o professor em sua atividade docente. Cabe, mais uma vez, escolher a teoria que melhor o auxilia para alcançar seus objetivos. Sendo a História, desde a retirada da filosofia da maioria dos currículos, a principal responsável pelo desenvolvimento da capacidade crítica e lógica do aluno, aumenta a responsabilidade do professor em oferecer um conhecimento capaz de “transformar”, pois sem esta característica o conhecimento perde a validade. Com a evolução da tecnologia, hoje, não se precisa de alguém para “armazenar” conhecimentos, e sim um ser com capacidade para analisar determinada situação, avaliá-la e transformar uma situação adversa em algo positivo.

Pretendi, pois, com essa pesquisa, encontrar formas para compreender a exclusão da Educação de Jovens e Adultos da escola onde atuo desde 2009, fato que me perturba, bem como apontar algumas pistas para a superação desse fenômeno. Penso que a sociedade tem uma dívida histórica com os trabalhadores, pois toda a transformação só pode ser realizada com a força do trabalho. Mas, por não saber o seu valor (Marx, 1988), o trabalhador é explorado, negligenciado em sua formação intelectual, levando-o a trabalhar numa idade destinada à sua escolarização.

Buscando o crescimento da produção, o capital organiza o trabalho, concebe-o e homogeneiza o modo através do qual cada produto deve ser realizado; estabelece e delimita as escalas hierárquicas e, conseqüentemente, as relações do trabalho. O trabalhador é tratado como um corpo “adestrado” para executar uma determinada tarefa no mais breve período de tempo. Ele passa a não conceber e planejar o seu trabalho, sendo-lhe atribuída apenas sua execução. (ARRUDA, 1989, p.35, apud DORA E LÉIA, p.134.)

Observo que na Escola em que trabalho há grande demanda para a área de Educação de Jovens e Adultos, pois na área calçadista era comum o jovem sair da escola para trabalhar, principalmente na fábrica de calçados, aos doze ou treze anos. A educação é chamada para resolver as demandas da industrialização fordista (Rodrigues, 2005). Ao mesmo tempo em que há grande procura por vagas no início

de cada ano letivo, à medida que as adversidades vão aparecendo, o aluno desaparece da escola, fato que causa grandes prejuízos humanos e financeiros.

1 QUAL A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR A EXCLUSÃO DA EJA

A exclusão escolar, entendida como interrupção no ciclo de estudo, causa prejuízos significativos sob o aspecto econômico, social e humano em qualquer nível de educação. Segundo Kant, “o fim da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz” (Kant, apud Durkheim, 2010, p.40). Na Educação de Jovens e Adultos essa perda ainda é mais significativa, pois são pessoas que não tiveram acesso ou condições de permanência ao estudo durante a infância ou juventude. No Brasil, de acordo com a PNAD/IBGE/2009, há mais de 14 milhões de analfabetos totais e 29,5 de analfabetos funcionais, ou seja, um quarto da população é excluída desse direito elementar e processo básico para a escolarização.

Assim sendo, a comunidade escolar precisa ser organizada para receber esses alunos e encontrar maneiras que lhes permitam a permanência na escola, quando isso for do interesse deles. E, na medida do possível, mostrar possibilidades ao aluno que, sozinho, não consegue ver, para com isso motivá-lo a permanecer na escola e concluir seus estudos.

Consideramos o trabalho sob uma forma especificamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão; uma abelha, ao construir as suas celas de cera, desconcerta alguns arquitetos. Mas o que distingue o pior dos arquitetos da mais hábil das abelhas é que o primeiro, antes de realizar a cela em cera a constrói mentalmente. (MARX 1975, apud NETO 2005, p.87)

Muitos alunos desta escola trabalham em fábricas de calçados, exercendo uma tarefa repetitiva, que pouco exige dos seus intelectos. O acesso à educação é para muitos a oportunidade de desenvolvimento humano. Enquanto o trabalho gera renda e socialização, uma escolarização com qualidade, que acolhe e transforma, dá ao homem uma consciência de si mesmo, percebe-se como indivíduo pertencente e importante na comunidade, melhorando sua estima e tornando-se capaz de tecer uma crítica fundamentada.

A educação, segundo Freire (1987), liberta as pessoas. Portanto, mesmo que esses sujeitos já tenham conseguido uma colocação no mercado de trabalho, a

escolarização se faz necessária, pois permite que eles se reconheçam como seres sociais em transformação e em crescimento. Além disso, para exercermos melhor nossa cidadania e nos humanizarmos, a leitura, a troca de informações e conhecimentos que a escola oferece é muito importante; mais do que isso, a escola é um direito social básico.

O parecer 11/2000, p.5 (Rummert, 2005.c), mostra a função reparadora da Educação de Jovens e Adultos, dando ênfase ao fato de que são indivíduos que não tiveram acesso ou condições de permanecer na escola. A evasão escolar é um grave problema social, cabendo, principalmente às secretarias de educação, professores e governantes, buscarem formas para reduzi-la, pois quando o aluno deixa de frequentar a escola, todo o sistema fracassa.

Devemos estar atentos para que o Estado procure atender em primeiro lugar os interesses do bem-estar social. Alunos trabalhadores já foram expropriados de seus direitos de acesso à escola na idade constitucional, ou regulada para a escolaridade, no momento em que começam a trabalhar numa faixa etária em que deveriam estar estudando ou, em casos de necessidades especiais de ensino/aprendizagem, não lhes foram oferecidos recursos para adquirirem os conhecimentos necessários ao avanço nos estudos.

A educação, segundo Stuart Mill, é “tudo aquilo que fazemos por nós mesmos, e tudo aquilo que os outros intentam fazer com o fim de aproximar-nos da perfeição de nossa natureza... pelas leis, pelas formas de governo, pelas artes industriais (...)” (Stuart Mill, apud Durkheim, 2010, p.39). Portanto, a educação de qualidade, com professores preparados e conscientes de seu papel social, pode amenizar a exclusão social desejada pelos donos do capital, que buscam responsabilizar os trabalhadores por sua pouca instrução; ao mesmo tempo, quando é do seu interesse, incentivam cursos de preparação para o trabalho, ou mesmo educação no local do trabalho, visando melhorar a produtividade e, conseqüentemente, os lucros. Segundo Rodrigues (Rodrigues, 2005, p.115), a educação é chamada para atender as diferentes demandas por mão de obra, servindo como álibi quando buscam justificar dificuldades para formar trabalhadores aptos a atender seus interesses.

2 MEUS OBJETIVOS AO PESQUISAR A EXCLUSÃO DA EJA

Esse trabalho de conclusão de curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Privados de Liberdade teve como objetivo geral reconhecer as principais causas que levam ao alto índice de exclusão da escola, num município do Vale dos Sinos, onde os estudantes, na grande maioria, são trabalhadores nas fábricas de calçado da região. Região essa, cujos moradores mais antigos são, em grande número, descendentes de imigrantes alemães; em sua história mais recente, de imigrantes oriundos de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná, que vêm para o município em busca dos empregos oferecidos nas fábricas de calçados.

Quanto às causas para a exclusão/expulsão da escola, segundo alguns professores e estudantes, pude confirmar algumas de minhas hipóteses sobre o assunto. Fazendo o mapeamento da realidade vivida por eles, confirmei que realmente é muito difícil estudar quatro horas por dia, quatro dias por semana, conteúdos que não foram adequados à realidade vivida por esses sujeitos, após nove horas de trabalho braçal em uma fábrica, obra, ou onde quer que o estudante trabalhe. Sem contar com as atividades à distância para compensar as sextas-feiras, acrescidas das aulas de reforço, oferecidas aos estudantes com mais dificuldades para melhorarem seu rendimento.

Ao verificar o que autores já estudam na temática da evasão, refleti sobre o assunto, questionando: evasão/ exclusão/ expulsão da escola ou na escola? Autores como Ferraro, Marlene, Fonseca, Rummert e outros aqui citados problematizam a questão. E, aos poucos, percebe-se que estes sujeitos da EJA simplesmente não evadem; na verdade, são excluídos por diferentes motivos. Após uma revisão na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, constata-se a questão política ideológica envolvendo esses trabalhadores, que, em alguns casos, já haviam sido excluídos na escola para, mais tarde, serem excluídos também da escola. “Somente alguns, na verdade muito poucos, têm força o suficiente para vencerem o sistema e alcançarem uma educação de qualidade”; porém, a partir de Freire (2010, p. 83), devemos abrir possibilidades para que mais trabalhadores “conscientes de sua inconclusão, façam o movimento em busca do ser mais”.

3 MAPEAMENTO DA REALIDADE VIVIDA

O mapeamento da realidade busca entender a realidade dos sujeitos da EJA na escola/região em estudo. Torna-se necessário compreender o dia a dia desses estudantes/trabalhadores para pensar estratégias à sua permanência na escola. Saber o que temos e o que devemos buscar para minimizar o problema da não frequência escolar é o ponto de partida deste trabalho.

3.1 Conhecendo a escola

A escola municipal, objeto do estudo de caso, foi a primeira criada no município. Atende de pré-escola a oitava série do ensino fundamental, durante o dia, e, no turno da noite, oferece a Educação de Jovens e Adultos, que contempla desde a alfabetização até a conclusão do ensino fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos foi criada legalmente no município do Vale dos Sinos no ano de 2001, com autonomia para realizar todas as atividades pertinentes à EJA, como avaliações, expedição de documento, entre outros.

No Regimento Escolar, de 04 de junho de 2003, aparece a seguinte referência no que se refere à Educação de Jovens e Adultos:

A Educação de Jovens e Adultos contemplará uma clientela que não teve acesso à escolarização na idade própria ou não teve a continuidade em seus estudos no Ensino Fundamental. A Educação de Jovens e Adultos no nível fundamental será desenvolvida conforme a Legislação Vigente, seguindo uma proposta metodológica diferenciada, consubstanciada em Planos de Estudos, na Proposta Pedagógica da Escola e em Regime Próprio. (Regimento Escolar, 2003)

Observa-se, na prática, que mesmo após a existência de três Regimentos Escolares, sendo um de 2003, outro de 2007 e o último de 2010, temos muito a melhorar no que se refere ao trabalho diferenciado com jovens e adultos, pois os conteúdos do EJA são os mesmos do regular, porém reduzidos. Fato que, segundo artigo escrito por Fonseca (2008), é prática comum em outras unidades da EJA, por não haver formação específica para professores da área. Somente no início de 2011, os professores conquistaram o direito de planejar juntos, trocar ideias sobre assuntos pertinentes ao bom andamento das aulas, discutir normas de conduta, etc.

O planejamento conjunto é feito nos dois últimos períodos de sexta-feira. Nos dois primeiros períodos, os professores ficam à disposição dos alunos para aulas de reforço, provas ou trabalhos em atraso. Os alunos têm aulas presenciais quatro vezes por semana; num dia da mesma semana, na sexta-feira, aula à distância, quando cada professor dá atividades para sua turma. E registra de acordo com um horário pré-determinado.

Os alunos trabalham em média nove horas por dia, a grande maioria trabalha nas fábricas de calçado, alguns na construção civil, ou outro setor da economia; as alunas casadas, ainda, são responsáveis pelos cuidados com a casa e a família. Nas fábricas, a jornada começa às 7h30min, sendo que o intervalo para o almoço é das 11h30min até as 13 horas, e o turno de trabalho encerra às 17h20min, embora a jornada seja prorrogada quando há banco de horas ou necessidade de horas extras. Essa ampliação da carga horária prejudica o estudante, pois impede sua presença em sala de aula por vários dias, mesmo que a escola permita aos que fazem banco de hora entrar após o horário; muitas vezes estão cansados demais para estudar e aprender. Alguns alunos, quando percebem que não conseguem mais acompanhar a turma, acabam parando de estudar naquele período e retornam em outro momento.

Após essa jornada, alguns voltam para casa, outros vêm diretamente para as aulas. Aqueles que moram longe da escola contam com o transporte escolar. Um ônibus busca todos os alunos que, em torno das 19 horas, chegam à escola; às 22h40min, o transporte escolar leva-os para casa.

Os professores possuem curso superior completo, alguns com pós-graduação. Alguns professores são nomeados para o turno da noite, outros têm desdobramentos de carga horária, ou complementam a carga horária no turno da noite. Não há, no município, concurso específico para a área da EJA, mesmo porque dificilmente teríamos pessoas habilitadas com essa formação específica na região.

3.1.1 Aspectos físicos da escola e as paisagens que a cercam

Nas imediações da escola e no centro do bairro, encontra-se o prédio da Associação de Moradores do Bairro e o Posto de Saúde Municipal. Localiza-se também uma fábrica de calçados, onde trabalha a maior parte dos pais e também

dos alunos da escola, principalmente do ensino noturno. Existem no bairro diversas facções que prestam serviços às fábricas de calçados na região e empregam geralmente mão de obra menos especializada. Circundam a escola, supermercados, padaria, bares, lojas de vestuário, bazar e um salão de beleza. No bairro, existe também uma fábrica de móveis tubulares e alguns espaços locados para entidades religiosas. As oportunidades de lazer são restritas; nas proximidades, há uma danceteria, que costuma gerar alguns conflitos, pois permite a entrada de menores de dezoito anos, idade regulamentada para quem pretende frequentar esse tipo de estabelecimento, e vende bebidas alcoólicas; mas, não deixa de ser um espaço para os jovens se divertirem. Esporadicamente, apresentam-se teatros no espaço cultural ou em espaços abertos, promovidos pela prefeitura, e gratuitos para a população.

A escola possui nove salas de aula, com aproximadamente quarenta e cinco metros quadrados cada, e todas as salas são utilizadas nos três turnos. Na escola, existem outras dependências também: biblioteca, secretaria com um computador e um *notebook*, sala de direção, da coordenação pedagógica, sala dos professores com computador, internet, impressora. Temos à disposição um projetor multimídia, dois televisores e aparelho de DVD. O refeitório dispõe de cozinha com fogão industrial, onde é preparada uma alimentação balanceada com alimentos integrais, frutas e verduras; depósito de alimentos e almoxarifado integram, ainda, este setor. Os banheiros masculinos e femininos (um bloco para cada) e dois banheiros para os professores fazem parte da estrutura física também. E mais: uma sala de informática com internet, vinte e seis computadores e um profissional para orientar os alunos; uma quadra coberta para a prática esportiva, que a escola oferece a toda a comunidade escolar; uma pequena pracinha com brinquedos para as crianças menores e um corredor coberto, onde os pequenos brincam, principalmente, nos dias de chuva.

3. 2 O que diz o regimento da escola sobre a educação de jovens e adultos

Segundo o Regimento Escolar da Escola (2010), os objetivos da Educação de Jovens e Adultos são:

- a) Oferecer aos alunos a oportunidade de alcançar o término dos estudos com qualidade de aprendizagem;
- b) Assegurar aos alunos espaços

educacionais apropriados, considerando a identidade do grupo escolar, as características do aluno, o conhecimento prévio e a experiência extracurricular de cada um; c) Incentivar os alunos para que sejam partícipes na construção do conhecimento, nos processos de investigação, na resolução de problemas, para que aprendam o que seja pertinente e eficaz às necessidades da vida, do trabalho e para uma efetiva participação social; d) Estimular o desenvolvimento da capacidade de posicionar-se criticamente diante dos fatos e situações, despertando a pluralidade de ideias no exercício da cidadania; f) Organizar os componentes curriculares, a fim de garantir a equidade e proporcionar um patamar igualitário para a formação, restabelecendo a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação; g) Identificar e reconhecer a alteridade própria e inseparável dos jovens e adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada um e do desenvolvimento de seus valores e conhecimentos. (REGIMENTO ESCOLAR, 2010).

Analisando o Regimento da Escola, percebe-se o desejo de proporcionar uma educação de qualidade. Porém, na prática, sabe-se que é muito complexo oferecer acesso a conhecimentos adequados, adaptados à realidade dos alunos, pois exige um alto grau de comprometimento dos grupos docente e discente da Escola, para superar as resistências que todos temos às mudanças. Além de um apoio pedagógico e psicopedagógico, que depende de verbas municipais, para tentar superar as dificuldades de aprendizagem, dificuldades econômicas e dificuldades relacionais, a serem conhecidas e respeitadas no momento de trabalhar numa escola que atende jovens e adultos trabalhadores.

O ponto mais relevante do novo Regimento (2010) é a possibilidade para o avanço dos alunos, levando em conta os diferentes tempos de aprendizagem dos mesmos e os conhecimentos adquiridos nas suas vivências e no mundo do trabalho. O aluno pode avançar para a série/etapa seguinte considerando seu desenvolvimento e capacidade para acompanhar a nova etapa. Dessa forma, se apto e com disposição para tal, pode concluir o equivalente às quatro séries finais do ensino fundamental em dois anos de estudo.

4 METODOLOGIAS E TÉCNICAS UTILIZADAS PARA ELUCIDAR A SITUAÇÃO-PROBLEMA

O objeto de estudo diz respeito às causas da evasão na EJA, em uma escola do Vale dos Sinos. Para compreender as diferentes causas e as relações com o contexto em que se produzem, utilizei a metodologia qualitativa. Segundo Minayo (Minayo,1994,p.21), a pesquisa qualitativa “trabalha com significados, motivos,

aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A pesquisa bibliográfica gerou um importante levantamento, buscando trabalhos científicos já realizados sobre a evasão da EJA, abrangendo trabalhos acadêmicos, livros, revistas, capítulos avulsos estudados ao longo do curso (LUNA, 1999, apud BONI & QUARESMA, p.71). Após a pesquisa em outros trabalhos de conclusão de curso de amigos, extraídos da Internet, principalmente em espaços acadêmicos, fui ampliando os horizontes e vendo o que diferentes autores já falaram sobre o assunto. No início, fiquei muito confusa, não conseguia me direcionar; aos poucos, seguindo os passos da orientadora, fui selecionando os autores que mais ajudavam a elucidar minha situação/problema. À medida que alguns eram excluídos, voltava à leitura, e outros autores iam sendo acrescentados para melhor compreender e diferenciar termos como na/da escola, evasão, exclusão, expulsão. Definir, afinal, sobre que educação estou falando, que autores definem a educação que eu busco, tornou-se questão apropriada e fundamental ao direcionamento do meu trabalho.

A observação em campo, iniciada a partir da segunda metade de 2010, quando foi realizado o mapeamento da realidade vivida, serviu para melhor entender as causas da evasão. Essa observação ajudou a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, apud Boni e Quaresma, p.72). A partir de tal observação, confirmei uma de minhas hipóteses: o cansaço físico era uma das principais causas para a evasão dos alunos. Ao longo da pesquisa foram entrevistados alunos da escola em estudo, além da observação direta e participativa.

No trabalho, aparecem escritos dos alunos e professores, buscando mostrar seus pontos de vista quanto às causas para a evasão. Nesse sentido, segundo Minayo, na medida em que as representações “se reproduzem e se modificam a partir das estruturas e das relações coletivas dos grupos apresentam elementos tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos como do conformismo” (Minayo, 1994). Ao buscar compreender as “falas” dos sujeitos e à medida que lia e relia o trabalho, a situação-problema ficava mais complexa; num primeiro momento, dava a impressão de que a “culpa” pela evasão era dos alunos, dos professores, da escola. Foi necessário ler e pensar muito mais para entender

que a evasão faz parte de um contexto histórico, que privilegia a formação intelectual de alguns grupos enquanto se exclui outro para gerar “os sobrantes”; entenda-se, aqui, um grupo de pessoas propositalmente excluídas. (Fonseca, 2008)

5 CONHECENDO UM POUCO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Segundo Ribeiro (Ribeiro,1987, apud Aguiar, 2001), a Educação de Adultos no Brasil começa com a chegada dos jesuítas, ainda no início do século XVI. Tinha como principal objetivo catequizar os índios, dar instrução aos colonos, descendentes dos colonizadores, do sexo masculino, e aulas de boas maneiras e prendas domésticas às mulheres. Percebe-se que, desde o seu surgimento, o ensino já era direcionado para “moldar” as diferentes etnias.

Havia a educação profissional, que se destinava aos índios, africanos e mestiços. A formação da elite intelectual da colônia era de acordo com o modelo religioso católico. Essa educação tinha como objetivo conseguir novos católicos e trabalhadores obedientes para a colônia.

Quando no século XVIII, por uma decisão do Marquês de Pombal, os jesuítas deixaram o Brasil, foi criada a Direção Geral de Estudos, que determinava, entre outras diretrizes, a realização de concursos para professores, pois descobriram que havia poucos professores preparados, e também não se destinavam verbas suficientes para investir na educação.

Mesmo após a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, a educação continuou direcionada para os homens brancos. Somente com a Constituição de 1824, a educação passa a ser para todos os cidadãos. Sabe-se, porém, que para ser cidadão, durante aquele período, o indivíduo deveria preencher alguns pré-requisitos como renda mínima, ser livre, fazendo com que um pequeno número de pessoas tivesse acesso aos estudos. Mesmo assim é um avanço, pois permite o desenvolvimento do ensino para adultos.

Com a Proclamação da República, a responsabilidade da educação primária continua sendo obrigação dos Estados e Municípios, fato que fortaleceu o coronelismo.

Em 1934, com a nova Constituição, que teve influência dos Movimentos Tenentistas, o ensino primário passa a ser obrigatório e gratuito, sendo estendido também aos adultos. Já em 1942, com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), foi criado um fundo para conseguir recursos específicos para a educação. E, após sua regulamentação, destinou-se um percentual de 25% para a educação de adultos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, foram criadas a Organização das Nações Unidas (ONU) e a UNESCO. Essas organizações internacionais começaram a pressionar países “em desenvolvimento”, como o Brasil, a investir na educação, principalmente de adultos. Assim, surgiu o Serviço de Educação de Adultos (SEA) que, até o final de 1950, coordena a Educação de Adultos.

A partir da década de 1950, surge a educação popular, que se desenvolveu nas pastorais da Igreja Católica, nas áreas rurais e tornou-se uma alternativa para a educação dos excluídos. Esse trabalho comunitário no campo da educação passou por transformações até que, depois do Golpe de 1964, começou a estagnar, pois os militares viam sentido político na alfabetização de adultos.

No final da década de 1960, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) começa a ser usado para melhorar a imagem dos militares entre o povo, e saber o que acontecia nos municípios, já que o MOBRAL atingia mais cidades que o próprio correio. O MOBRAL tinha receita própria, uma parte viria de doações de imposto de renda devido pelos empresários, mais 24% da receita líquida da Loteria Esportiva. Mesmo com esta verba, o MOBRAL não acabou com o analfabetismo no Brasil, cuja meta era até 1980, mas deve ter sustentado muito “pelego” para os militares durante a Ditadura. Uma falha do sistema pode ter sido o fato de não respeitarem a Lei 5692, de 11/08/1971, que enfatiza a necessidade de respeito às peculiaridades de cada região, pois o material didático elaborado não contemplava as características regionais, além de também não ser exigida a formação dos professores. Outra falha notada diz respeito às metas: para atingirem-nas, matriculavam pessoas fora de faixa etária, entre 15 e 30 anos, inicialmente prevista.

A Fundação EDUCAR, criada pelo Decreto nº 91980, de 25/11/85, nasceu para funcionar onde o MOBRAL falhou. Definia-se como órgão de fomento, seria responsável pela concepção, planejamento e execução de projetos apoiados. Outra característica era o respeito aos Projetos Políticos Pedagógicos municipais, viabilizando suas execuções através de financiamento. A Fundação EDUCAR não atingiu seus objetivos e, no início da década de 90, foi extinta pelo presidente Collor, através da Medida Provisória 151, de 15/03/90.

Durante o governo Collor foi criado o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que, na área de Educação de Jovens e Adultos, optou por repassar essa responsabilidade para Estados e Municípios, sem providenciar verbas suficientes para atender a demanda.

Quando o presidente Collor foi cassado, seu vice, Itamar Franco, assume, porém não dá continuidade ao PNAC. Em seu lugar é criado o Plano Decenal de Educação para Todos, compromisso firmado na Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990. O Plano Decenal pretende assegurar até 2000, para crianças, jovens e adultos, contatos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida contemporânea. Esses objetivos não foram alcançados, porque não conseguiram mobilizar as diferentes classes envolvidas (trabalhadoras e patronais) e, com o fim do governo Itamar, seu sucessor Fernando Henrique não demonstrou interesse na execução do plano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, faz as seguintes referências a respeito da Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio em idade própria. 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de trabalho, mediante cursos e exames. 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão I- no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de 15 anos; II- no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de 18 anos. 2º- Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educando por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, LDB, 1996, s/p).

Rummert (2005) escreve sobre o Parecer CNE/CEB 11/2000, que apresenta as Diretrizes Curriculares de Jovens e Adultos, relatados pelo professor Jamil Cury. Esse parecer, segundo a autora, “constitui um valioso instrumento de trabalho para os profissionais da educação” (Rummert, 2005.d), e destaca as três principais funções da Educação de Jovens e Adultos: função reparadora, que dá ênfase ao fato de que todos os que não tiveram acesso, em idade apropriada, devem ter garantido o acesso à escolaridade básica; função equalizadora da EJA, que defende a ideia de discriminação positiva, ou seja, o estado deve assegurar o retorno e a permanência em universo escolar que lhes seja próprio, “de forma a confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida” (id, ib. p.10, in

Rummert, 2005, p.123.e); a terceira função seria qualificadora, ou seja, quando a Educação de Jovens e Adultos já tiver alcançado seus propósitos, ela continuará oferecendo a atualização por toda a vida.

Ao longo da história da educação brasileira, ela serviu a diferentes interesses das classes dominantes, principalmente quando se trata de educação de adultos. Para tanto, chama atenção o artigo 3º, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008, segundo o qual a educação deverá articular-se preferencialmente com a educação profissional, ou seja, habilitar brasileiros para o trabalho. Segundo Rummert (2005.f), numa leitura atenta, percebe-se a lógica dominante de que os adultos, com pouca ou nenhuma escolaridade, como despertam pouco interesse do mercado de trabalho, não compensam economicamente investimentos em sua educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) regulamenta a todo o cidadão a conclusão do ensino fundamental e médio (desde que atenda a faixa etária). Com isso, muitos jovens passaram a buscar a EJA, às vezes como forma de se preparar para os exames supletivos. Aumenta, então, o número de matrículas, mas também aumenta significativamente o número de evasões, pois os aprovados nos exames supletivos deixam de assistir às aulas das matérias que “eliminaram” através das provas, passando a frequentar apenas as disciplinas em que ainda não conseguiram aprovação; ao atingirem seu objetivo, que é o certificado de aprovação no curso, deixam de ir à escola; como não comunicam a instituição quanto a essa conclusão, aparecem como evadidos ou cancelados.

Desejo, com essa retrospectiva da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, contextualizar o meu trabalho. O objetivo maior não é transformar o mundo, apenas compreender melhor o microespaço da escola, onde a pesquisa foi feita e, na medida do possível, obter pequenas melhorias, aquelas que estiverem ao alcance do grupo de professores, coordenadores e diretoria da instituição. Além disso, sabemos que as grandes transformações necessitam de muito tempo e vontade política, e podem, sim, ser conseguidas com “trabalho de formiguinha”, assim que mais pessoas tiverem acesso à informação.

6 DADOS NUMÉRICOS PARA ANÁLISE

Através dos dados correspondentes ao segundo semestre de 2010, fornecidos pela coordenadora pedagógica da Escola, percebe-se o grande número de estudantes que deixam de frequentar o espaço escolar. O quadro foi dividido em matrícula inicial, transferidos, evadidos, avanços, reprovados e aprovados. Deve-se levar em conta que, tanto evadidos quanto cancelados, e boa parte dos reprovados, são alunos infrequentes.

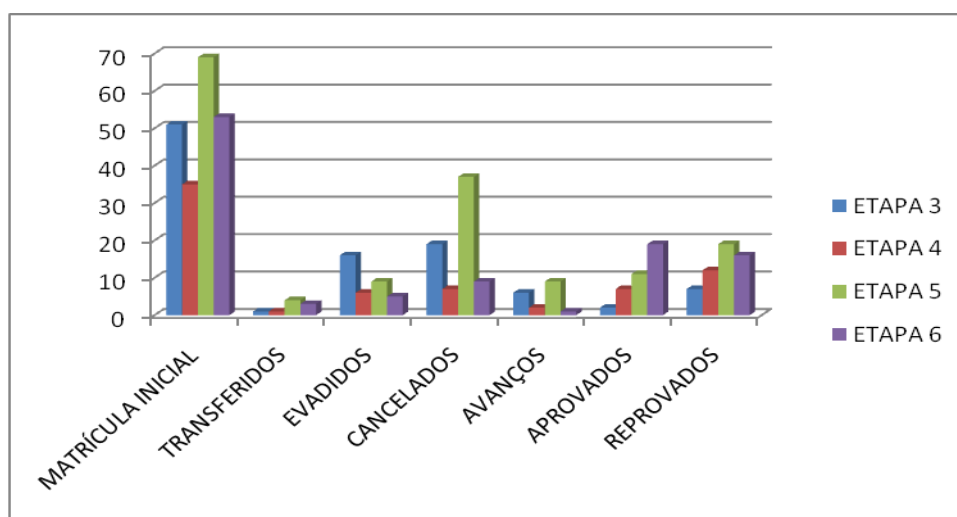


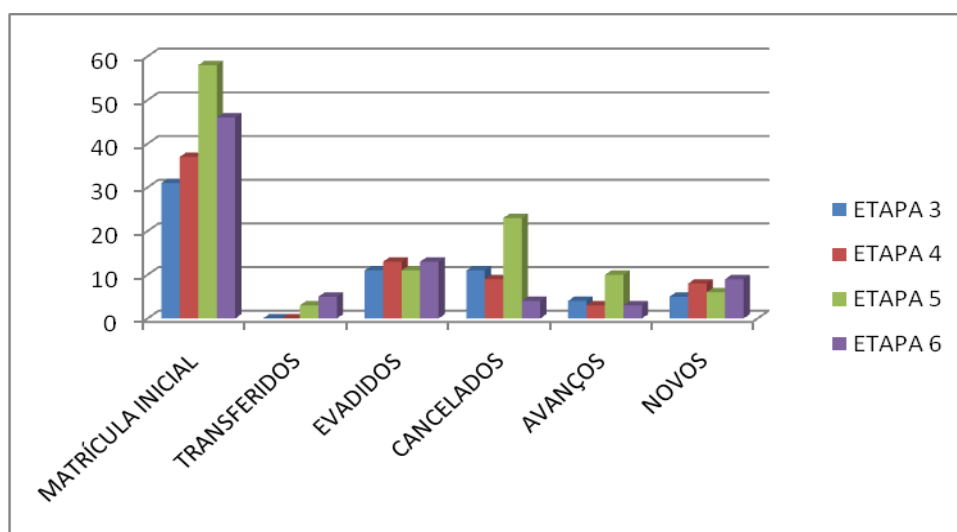
Tabela 01 (segundo semestre de 2010, dados fornecidos pela coordenação da Escola)

	ETAPA três	ETAPA 4	ETAPA 5	ETAPA 6
MATRÍCULA INICIAL	51	35	69	53
TRANSFERIDOS	1	1	4	3
EVADIDOS	16	6	9	5
CANCELADOS	19	7	37	9
AVANÇOS	6	2	9	1
APROVADOS	2	7	11	19
REPROVADOS	7	12	19	16

Tabela 02 (segundo semestre de 2010, dados fornecidos pela coordenação da Escola)

Observando o gráfico acima, que corresponde ao segundo trimestre de 2010, percebe-se que o número de alunos cancelados é maior do que o número de evadidos. Isso significa que mais alunos acima de 18 anos deixam de frequentar a escola do que alunos com menos de 18 anos. Outro fato que chama a atenção é que há um índice muito maior de evasões na quinta etapa, a que equivale ao oitavo ano ou sétima série, em relação às outras etapas. O que significa que, se medidas forem tomadas para minimizar o problema da evasão, elas deverão priorizar essa etapa. Nota-se também um grande número de reprovados que, segundo Ferraro (1996), caracteriza os evadidos ou excluídos na escola; geralmente são alunos que frequentam pouco a escola, ou possuem dificuldades de aprendizado ainda não superadas.

Os dados² abaixo correspondem ao primeiro³ semestre de 2011



	ETAPA 3	ETAPA 4	ETAPA 5	ETAPA 6
MATRÍCULA INICIAL	31	37	58	46
TRANSFERIDOS			3	5
EVADIDOS	11	13	11	13

² Os dados sobre a evasão da escola em estudo foram fornecidos pela coordenação pedagógica da escola.

³ Dados referentes ao primeiro semestre de 2011 (o ano letivo é dividido por trimestres, os avanços podem ocorrer semestralmente, ou após o II trimestre).

CANCELADOS	11	9	23	4
AVANÇOS	4	3	10	3
NOVOS	5	8	6	9

Devido à dificuldade para obter informações sobre dados quantitativos relativos à evasão na EJA, trabalhei a partir das informações obtidas na secretaria da escola em estudo, do segundo semestre de 2010 e primeiro trimestre de 2011, sem poder compará-los com outras escolas.

Os índices observados na escola em estudo ficam em torno dos 50% se forem somados os índices de evasão (termo usado pelas escolas quando o aluno tem menos de dezoito anos) e cancelado (termo usado quando o aluno tem mais de dezoito anos). Essa diferença de nomenclatura deve-se ao fato de que, quando um estudante com menos de dezoito anos falta seguidamente, é feita a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI); o mesmo não ocorre com o estudante maior de dezoito anos, que é livre para parar e recomeçar quantas vezes quiser em qualquer época do ano. Porém, na prática, para alguns sujeitos da EJA, a reprovação ao final do ano letivo também é causada pela baixa frequência às aulas.

Ao observar as tabelas, percebe-se que para alunos trabalhadores é muito difícil permanecer na escola. Esses números elevados, quanto à evasão da escola, mostram a urgência nas medidas a serem tomadas para manter tais alunos frequentes e com condições de avançarem em seus estudos.

6.1 Dados da pesquisa obtidos através de entrevistas

Causas da exclusão, sob o ponto de vista dos alunos na escola, respondendo à questão: Em sua opinião, por que os alunos deixam de vir para a aula?

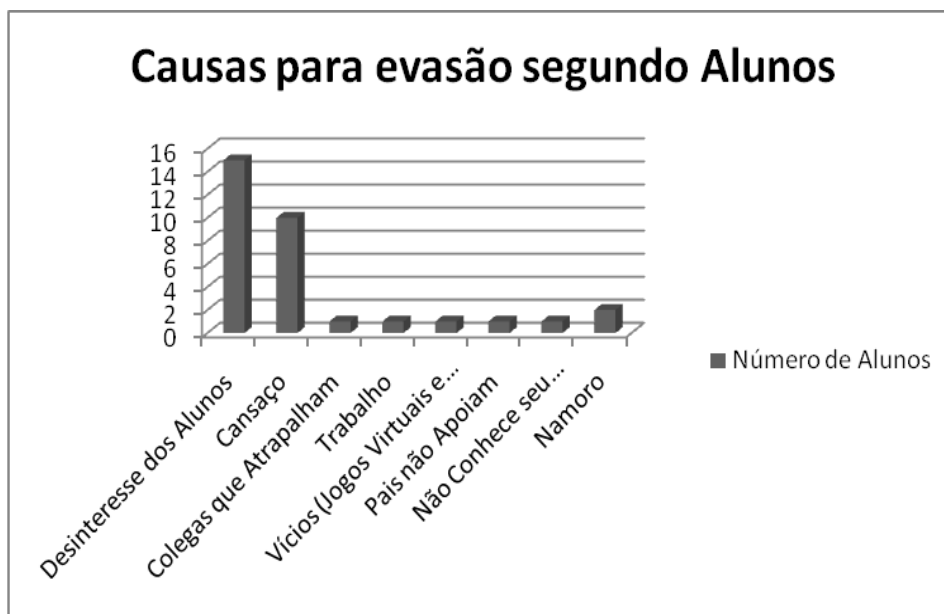


Tabela 05 (causas para evasão, segundo alunos; fonte: entrevistas)

Segundo os professores com os quais conversei e alguns que responderam à entrevista, as principais causas da exclusão seriam a falta de motivação e o cansaço dos estudantes, que vêm para a aula após oito horas de trabalho. Mesmo que presentes, demonstram cansaço para assimilarem os conteúdos propostos e, com o baixo rendimento escolar, acabam desistindo.

6.1.1 Análise das entrevistas⁴

Após a análise das entrevistas e minha vivência como docente, pude observar que, no caso da EJA, há exclusão na escola. Segundo Ferraro (Ferraro,1996), esses alunos, em muitos casos, já haviam sido excluídos do processo educacional ao apresentarem problemas de aprendizagem não detectados ou não resolvidos. Hoje, já adultos ou adolescentes, muitos têm dificuldades para se expressar tanto na linguagem falada quanto na escrita, e também nas ciências exatas, como matemática. Para eles, é um grande desafio, que precisa de professor muito bem preparado para mostrar alternativas capazes de superar estas lacunas em seu desenvolvimento intelectual. Após reprovarem seguidas vezes no ensino regular, acabam parando de estudar e, em alguns casos, passam a estudar no turno da

⁴ Nas escritas dos sujeitos da EJA, houve a correção ortográfica, quando necessário.

noite, onde uma das opções é a EJA. Fato esse que ocasiona a juvenilização da EJA (outro objeto de estudo, e não o meu, nesse momento).

Essa juvenilização da EJA provoca problemas de convivência, apontados pelos alunos entrevistados como um dos causadores da exclusão, neste caso da escola. Muitos adolescentes, geralmente alunos com problemas de adaptação, têm um comportamento inadequado, como falta de respeito com colegas, com as regras da escola, o que pode ser agravado pelo uso de drogas, falta de estrutura familiar, ou, simplesmente, por não gostarem das aulas. Quando há distorção série/idade, a convivência se torna muito difícil, pois acabam sendo transferidos, ou se transferindo para o ensino noturno. Mas, como o problema inicial não foi resolvido, acabam gerando conflitos com os colegas mais velhos, que já perderam muito tempo e tudo o que querem é o máximo de conteúdo, com o mínimo de interferência. Leiam o que diz a aluna I.LM:

“... eu estou me esforçando o que dá para atingir o meu objetivo, que é terminar a 8ª série. Está sendo difícil por causa da gurizada que só atrapalha a aula. Eu estava acostumada com uma turma pequena e esforçada. Agora está difícil para me concentrar, mas eu vou conseguir”.

Nas entrevistas dos alunos e dos professores, nas observações e vivência, confirma-se a hipótese de Gadotti (2000), de que não há uma única causa para a exclusão na EJA, dividindo-as, então, em sociais, políticas, culturais e pedagógicas. Nesse mesmo sentido, apontam as entrevistas com professores e alunos, as quais aparecem com mais de uma possibilidade como causa da não vinda dos colegas/alunos para as aulas. Podemos observar uma causa social e cultural na entrevista do aluno A.C., reproduzida abaixo:

“Em minha opinião é falta de interesse dos próprios alunos, não pensam no amanhã que os estudos vão fazer muita falta, também acho que os pais têm culpa nisso por não incentivar os filhos, deixam eles muito à vontade (...) os jovens não têm metas a seguir”.

Percebe-se na entrevista, reproduzida parcialmente acima, uma causa cultural, pois é da cultura de um determinado grupo social valorizar ou não os estudos. Para a maioria dos trabalhadores, o estudo não é a prioridade; para muitos, como os pais não estudaram e se mantêm num emprego que lhes garante a sobrevivência com o mínimo necessário, se os seus filhos conseguirem viver assim já está bem. Outro fator a ser considerado é que muitos desses alunos ajudam os

pais com seus salários. Então, se for para optar entre trabalhar ou estudar, eles tendem a optar por largar a escola e se manter no emprego. Alguns voltam quando a promotoria os obriga, porém faltam muito e, quando retornam, não é para estudar.

Segundo o entrevistado, a responsabilidade pela não frequência dos alunos na escola é em grande parte dos pais que não cobram a aprendizagem, e dos alunos que não têm objetivos de vida para priorizar os estudos. Claro que esses itens têm relevância; porém, em nenhum ponto nesta entrevista e em outras, menciona-se a falta de investimentos na educação e nos estudantes para que eles consigam ficar na escola, com condições básicas de sobrevivência.

Outro fator que aparece na entrevista é a falta de expectativa de um futuro melhor. Os alunos preferem trabalhar na fábrica e fazer hora extra para ganhar um pouco mais, em grande parte porque não têm uma estrutura familiar que lhes garanta tudo o que necessitam para viver (pensam eles). É comum ver jovens com tênis, sapatos, roupas, celulares, etc., que seus pais, talvez, não tivessem condições de lhes comprar. E trabalhando nas fábricas, fazendo horas extras, mesmo que pagando em diversas vezes, essa “necessidade de consumo” é satisfeita. Mais uma vez aparece a face cruel desse sistema que envolve e seduz ao ponto de convencer de que mais vale “ter” do que “ser”. Os jovens compram esta ideia e não sabem que daqui a algum tempo não conseguirão nem este tipo de emprego, braçal, pois mesmo as fábricas de calçado, que sempre empregaram mão de obra barata, sem exigir muito estudo, estão começando a mudar. Algumas empresas estão saindo da região em busca de lucratividade, onde a mão de obra é mais barata e pagam menos impostos. A região do Vale deve se preparar para essa nova realidade.

Tendo em vista que o acesso e permanência na escola, com a consequente certificação e a possibilidade de ocupar bons postos de trabalho é o que buscam boa parte dos alunos, os professores devem estar preparados para oferecer a esses sujeitos da EJA oportunidades efetivas de desenvolvimento, que lhes permitam o exercício pleno de sua cidadania, com desenvolvimento integral “sem marcas discriminadoras de classe”. (RUMMERT, 2005, p.128.f)

A seguir, a entrevista do aluno J.J., que reflete algumas ideias já expostas:

“Por falta de interesse acham que não precisam dos estudos no futuro querem ficar fazendo hora extra para ganhar mais no final do mês ou ficarem em casa dormindo ou na frente do computador. Não se interessam ou vêm para a aula dormir”.

Uma das causas da evasão da Educação de Jovens e Adultos tem sua origem nos primeiros anos de escolarização, são as necessidades especiais de aprendizagem. Até pouco tempo atrás, os professores não tinham nenhuma informação sobre como trabalhar com alunos de inclusão, sequer conseguiam identificar problemas como dislexia, déficit de atenção, distúrbios de perspectiva, auditiva, visual, de memória, da linguagem, de sequência, de abstração, de entrada, de saída, entre outros. Quando muito era feito, em algumas escolas, um teste de visão. Com isso, muitos alunos não aprendiam e achavam que eram “burros”, por não acompanharem o rendimento dos colegas quando, na verdade, era a falta de preparo do sistema educacional que os impedia de avançar.

Deficiências nas funções psiconeurológicas, bases para a leitura e matemática, conceitos básicos, operações cognitivas e linguagem, um auto conceito pobre, sentimento de culpa e vergonha, problemas familiares, desconhecimento da própria cultura, etc. (CARRAHER, apud, FERNANDES, 2002, p. 43)

Na escola em estudo, aparecem vários fatores apresentados por Carraher. Mesmo que ali não se tenha profissionais para avaliar os alunos, para dizer se são de inclusão ou não, percebem-se grandes dificuldades de aprendizagem em alguns deles. Quando esses alunos notam que não vão conseguir aprender, param de frequentar naquele ano, alguns voltam no ano seguinte, outros trocam de escola, outros simplesmente desistem.

Outro fator que pode causar evasão, citado por Carraher, é o autoconceito pobre e desconhecimento da própria cultura, fato identificado pela aluna A.S.:

“Acho que a maioria das pessoas não acredita em seu próprio potencial. Falta um pouco de incentivo, a pessoa tem que acreditar que é capaz de conseguir tudo, basta acreditar e nunca desistir”.

De uma forma simples e clara, essa aluna identifica uma das causas da evasão: a pessoa precisa acreditar que ela é capaz. Seria, segundo Freire, o oprimido libertando o opressor, quando o oprimido se dá conta de sua situação; mesmo que tenha deficiências em algumas áreas, isso não pode impedi-lo de crescer. Fato que poderia ser melhorado com maior conhecimento da própria cultura, principalmente nos alunos mais velhos, que têm por hábito falar o alemão, e tendem a ter mais dificuldade na escrita e na pronúncia correta das palavras. Por isso, torna-se necessário o resgate do valor de suas origens, mostrando que, por

serem diferentes, não são melhores ou piores. O que vale é o quanto estão dispostos a crescer, melhorando assim o autoconceito. Nesse caso, cabe o pensamento de Frigotto (2005) sobre a relação do trabalho com a educação, onde critica a pedagogia “que visa à formação do cidadão mínimo, fácil de manipular e de explorar” (Frigotto, 2005 p.26). Quanto mais frágil a estima do trabalhador, quanto menos ele acreditar no próprio potencial, mais ele será explorado e excluído na/da escola, da vida, expropriado de seus direitos como cidadão.

A princípio, nenhum dos entrevistados questionou a formação ou a falta de formação específica dos professores, principalmente na área da EJA. O assunto parece tabu. Uma melhor formação para os professores ou contratação de profissionais na área, feita com investimentos do governo, possibilitaria a identificação dos distúrbios de aprendizagem nas pessoas na fase adulta. Estes distúrbios geram dificuldades, presentes no cotidiano da escola, sendo enfrentadas por educadores, e também pelos responsáveis e demais pessoas que convivem com indivíduos detentores desses problemas. Muitas vezes, os alunos têm sua imagem denegrada por adjetivos como, por exemplo, preguiçosas, desinteressadas ou bagunceiras, em função da falta de conhecimentos de seus educadores. Em muitos casos, é desenvolvida uma autoestima negativa. Pode-se perceber isso em diversos depoimentos, onde aparece como principal causa o desinteresse dos alunos, conforme o relato de I.S.:

“Em minha opinião é a falta de interesse dos próprios alunos, não pensam no amanhã e que os estudos vão fazer muita falta”.

Os estudantes fazem uma relação direta entre o quanto de escolarização possuem com suas possibilidades de vencer na vida profissional. Conforme afirma Rummert (2005,7), “o olhar de esperança” que os estudantes têm na escola, mostra a importância que a EJA tem para a “população brasileira que, por razões de caráter político e econômico não teve assegurado, pelo Estado, o direito à educação básica (...)”. (RUMMERT, 2005 p.117. g)

A formação dos professores deve ser prioridade, em todos os níveis, inclusive na EJA. Para isso, faz-se necessário um estudo não só para aumentar salários de acordo com a capacitação, mas também encontrar maneiras de motivar os professores a que busquem seu aprimoramento, melhorando a qualidade da educação, para formar um ser humano capaz de exercer sua plena cidadania e não

apenas conseguir um emprego que lhe renda um salário, e o instrumentalize para buscar seus direitos.

Na relação trabalho e educação, apreendemos que há funcionalidade desses processos (escolar e profissional) aos diferentes padrões da acumulação na produção de superpopulação relativa, quer como exército de reserva, exército industrial de reserva, desempregadas/os estruturais, sobrantes no/do modo de produção. Por isso, há intencionalidade em excluir as classes que vivem da venda de sua força de trabalho, nos diferentes tempos históricos de uma formação humana que, ao preparar para a vida, constitui lastros formadores para a inserção no mundo do trabalho. O trabalho, em sua perspectiva ontológica, como organizador da vida é princípio educativo: o que também significa a constituição de vidas precárias a partir de imersão em processos e relações de trabalho precárias. (Fonseca, 2008, p.77)

Depois de ler e refletir, com a ajuda de artigos como o de Fonseca (2008), alguns pontos ficaram mais claros. Um deles é a compreensão de que não há uma vontade real para que a situação da educação no Brasil mude de alguma maneira, pois essa falta de preparo para a vida interessa ao sistema que está posto. Um trabalhador consciente do seu valor dificulta a exploração e a acumulação do capital na mão de poucos, aqueles que elegem com campanhas milionárias os políticos. Deveriam criar leis que possibilitem melhorar a vida de todos e fiscalizar para que essas leis fossem cumpridas, além de evitar o desvio de verbas de setores como a educação; zelar para que as verbas públicas fossem aplicadas em projetos sérios; políticas públicas que não mudem cada vez que muda o partido e o modo de pensar de quem está governo.

CONSIDERAÇÕES, COMPREENSÕES E APRENDIZADOS

Os professores precisam ser valorizados, como profissionais que são, com salários justos, um bom ambiente de trabalho, recursos didáticos, apoio psicopedagógico, formação continuada, respeito pelo seu trabalho. Conscientes de seu valor, que lhes seja dada a oportunidade de refletir sua prática docente, aprimorando-a, buscando a transformação construtiva do meio em que vivem e atuam. Penso que professor motivado pode reduzir a evasão na/da EJA. Em hipótese alguma estou culpando os professores pela evasão; pelo contrário, vivencio esta realidade e sei da luta diária pela qualidade de ensino, mas sei também o quanto seria bom se tivéssemos mais acesso à formação na área de atuação, possibilidade de compartilhar experiências, mesmo que alguns cursos no início ou meio do ano sejam fundamentais para renovar nossa motivação. Não se “tira nada de um saco vazio”, se quisermos reduzir a exclusão na/da escola, os profissionais de educação devem receber especial atenção.

Na contracorrente deste discurso hegemônico, que invade, inclusive, o pensamento acadêmico, afirmo a necessidade de que a vida tenha Sentido, de que esse sentido conjugue a humanização, afirmada por Freire (1981a), com a emancipação, pensada por Marx (1993). Sem isso, o humano descamba para um processo de autodestruição, de perda de referências e desumanização, como já vem ocorrendo. (RIBEIRO, 2006,p.156) .

Ribeiro (2006) afirma que a vida deve ter sentido. Esse sentido está na humanização, também afirmada por Paulo Freire, humanização dos professores, dos alunos, que devem ver na escola uma oportunidade de crescimento integral pois formação profissional, as empresas que utilizam essa mão de obra têm recursos para oferecer. O “ser” precisa ser resgatado. E um ser humano capaz de perceber o seu valor, de se reconhecer como fazendo parte de um grupo, capaz de contribuir de alguma forma, dificilmente será excluído ou se deixará excluir.

A escola, objeto desse estudo, implantou o sistema da EJA em 2010, e ainda está em período de acertos e adaptação. Acredito que seremos capazes de diminuir os índices de evasão com medidas como formação continuada para os professores, valorização da cultura local, projetos interdisciplinares como hora da leitura, sarau literário, apresentações dos alunos durante as horas cívicas. Momentos que foram criados para que alunos desenvolvessem habilidades como falar em público,

apresentar suas produções textuais, entre outros, farão com que os alunos gostem da escola, melhorem sua autoestima e busquem superar o cansaço, concluindo seus estudos.

Concordo com Ferraro (1999), quando diz que o problema mais grave da escola brasileira é a lógica de seleção e exclusão, que deve ceder lugar à lógica da universalização; a escola seletiva e excludente deve dar lugar à escola que acolhe, que permite e incentiva o crescimento e a transformação dos seus educandos e educadores.

Outro ponto relevante para incentivar a conclusão dos estudos desses alunos seria a flexibilização do ano letivo. Já ocorrem os avanços, que permitem o aluno avançar de série, geralmente na metade do ano ou no final do segundo trimestre, e um dia por semana, com aula à distância (na sexta-feira, por causa das donas de casa e dos jovens que gostam de sair). Além disso, poderia se aplicar provas em outros períodos pré-determinados, para alunos que estão parados (evadidos) voltarem a estudar. Como um grande número de alunos pára de estudar e volta no semestre seguinte, observação feita na minha vivência na escola e que pode ser confirmada se analisados os diários de classe nos anos em estudo, esses conhecimentos poderiam ser ratificados através de uma prova, oportunizando ao sujeito da EJA um avanço, caso demonstre estar apto para tal.

Quanto a melhorias, que dependem de verbas municipais, seria muito importante a ajuda de psicólogas e psicopedagogas para identificar problemas de aprendizagem e orientar os professores quanto à melhor maneira de ensinar e avaliar alunos com necessidades especiais de aprendizagem. Além do apoio de psiquiatras e psicólogos, vinculados à escola, para auxiliar nos casos de indisciplina ligados ao consumo de drogas, problemas de desestrutura familiar ou outros mais graves que a escola, sozinha, não consegue resolver.

Em conversas paralelas, os professores comentam quanto à dificuldade/distância entre o que se lê nos livros e é produzido nos meios acadêmicos com o que é vivenciado no dia a dia das escolas. Dificilmente um professor com mestrado ou doutorado, autores de livros que teoricamente orientam o corpo docente das escolas, vivenciam o que escrevem, ou seja, suas teorias estão muito distantes da prática, parece que vivem em um mundo de fantasia, onde tudo é lindo e possível. Já, os professores que atuam diretamente em sala de aula não escrevem sobre suas vivências; em parte, porque é difícil trabalhar quarenta ou

sessenta horas com diferentes turmas, em escolas diferentes, municípios diferentes, preparando aulas, corrigindo provas, trabalhos, e ainda encontrar tempo/disposição para escrever sobre sua prática. Compreendo que para se obter uma boa formação torna-se necessário muito investimento de tempo e dinheiro; pelos salários que o estado e os municípios estão dispostos a pagar, dificilmente teremos mestres e doutores ensinando para alunos da EJA, ou professores com salário que lhes permita escrever sobre a prática docente. Mas, penso também, que poderiam ser oportunizados encontros para trocas de informações entre professores universitários e da EJA, no Vale dos Sinos ou Paranhana, uma ou duas vezes ao ano.

Segundo Rummert (2005), os professores de EJA merecem especial atenção:

também aos docentes que atuam no âmbito da EJA é dedicada uma especial atenção. Enfatiza-se a necessidade de uma formação específica, que contemple, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial dessa modalidade de ensino. (RUMMERT 2005. P123).

Após a especialização em Educação de Jovens e Adultos e Privados de Liberdade, percebo o quanto é necessária essa formação para todos nós que trabalhamos com jovens e adultos. Precisamos adequar os conteúdos necessários ao desenvolvimento desses sujeitos, reconhecer seus conhecimentos adquiridos na vivência, “confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida” (id, ib. p. 10, in Rummert, 2005 i). Para atingir tal objetivo, os professores precisam ter acesso à formação continuada e específica na área da EJA, pois quando essa formação é esporádica e com acesso para apenas alguns professores, pela minha experiência, não traz a transformação necessária esperada; aos poucos “o balão esvazia”, e volta-se às práticas anteriores ao curso.

Essa mesma especialização em Educação de Jovens e Adultos e Privados de Liberdade proporcionou-me uma reflexão sobre a prática docente. Pude ver que estava tão envolvida na situação, que reproduzia, sem perceber, um sistema excludente, além de conhecer uma realidade diferente da minha. Conversando com meus colegas que trabalham com privados de liberdade, mais as aulas sobre o tema, observando as estatísticas sobre o assunto, confirmei o que eu sempre soube: a educação é fundamental, indispensável, transformadora, necessária.

Quanto à escola em estudo, percebo que há interesse em melhorar, tanto por parte da Equipe Diretiva quanto pela Secretaria da Educação. Ao possibilitar e estimular a formação de seus professores, as instituições estão apenas começando uma longa caminhada em direção à qualificação, em busca de um resgate da cultura, da educação. Resgate este que deve ser feito em todo o país, pois o analfabetismo ou alfabetos funcionais é um problema nacional, para o qual urgem medidas, com políticas de estado efetivas e permanentes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação**. Campinas, UNICAMP, 2001, p.07-27. (Tese de doutorado)

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/96. Brasília, 1996.

COSTA, Dora Henrique da; CALVÃO, Léa. **Trabalho Infantil**. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005.

Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, nº 94, p. 155-178, jan./abr. 2006, 155.

Engels, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FERNANDES, Dorival Gonçalves. **Alfabetização de Jovens e Adultos. Pontos críticos e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FERRARO, Alceu R. **Diagnóstico da Escolarização de Crianças e Adolescentes no Brasil**. Porto Alegre (1999).

FILLOUX Jean-Claude, **Émile Durkeheim**; tradução Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo- Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010 (Coleção Educadores).

FONSECA, Laura S. **Lutas e Conquistas! – a luta continua: formação de professores em EJA**. *Revej@- Revista de EJA*, V2, p 1-16 ago.2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In: A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005, 2ª ed.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. In: ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização de jovens e adultos; em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.45-46. Disponível em: www.Artigonal.com/educação-de-jovens-e-adultos-eja-no-brasil-1046328, acesso em 31 de agosto de EJA 2010.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP. 2006. Informativo. Ano 4, Nº 138, 06 de Junho. Home Page: <http://www.inep.gov.br/>.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. ***Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas***. Editora Pedagógica e Universitária LTDA.

Marx, K. **Processo de trabalho e o processo de produção de mais-valia**.

cap.V,L.I, v 1. O capital. Rio de Janeiro; Bertrand do Brasil S.A., 1989.

MATOS, Marlene. **Exclusão em superfície e fundo**. Campinas, vol. 27, nº 94, p. 155-178, jan./abr. 2006, 155.

MINAYO, M.C. de S. Org. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.

PINTO, Álvaro Vieira Pinto. **Sete Lições Sobre a Educação de Adultos**/ Álvaro Vieira Pinto. Introdução e entrevista de Demerval Saviani e Betty Antunes de oliveira. Versão final revista pelo autor- 8ª Ed-São Paulo: Cortez, 1993.

RODRIGUES, José. **A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital**. In: A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005, 2ª ed.

ROMANELLI, O. de. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984. Disponível emWWW. Scielo. br ,acesso em 07 de jun. 2010.

RUMMERT, Sonia Maria. **Jovens e Adultos trabalhadores e a escola. A riqueza de uma relação a construir**. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005, 2ª ed.

SPRICIGO, Gisele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **O rural no Vale do Rio dos Sinos: desaparecimento ou permanência?** FEEGOOGLE ACESSADO EM25/10/2011.

VALDETE, Boni; QUARESMA, Jurema Sílvia. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p.68-80. Petrópolis: ed. Vozes, 1994.

ANEXOS

EDUCAR: Fundação Nacional Para a Educação de Jovens e Adultos

EJA: Educação de Jovens e Adultos

ESAB: Escola Superior Aberta do Brasil

FACCAT: Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara

FICAI: Ficha de Acompanhamento de Aluno Infrequente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP: Instituto Nacional de Estudo Pedagógico

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PNAC: Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEA: Serviço de Educação de Adulto

SECAD: Secretaria de Educação

SESI: Serviço Social da Indústria

ULBRA: Universidade Luterana do Brasil

UNESCO: Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura.

UNISINOS: Universidades dos Sinos

Documentos: FICAI, consentimento esclarecido

Entrevistas do mapeamento

Entrevistas com professores

Entrevistas com alunos